



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 22 de 44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

### Estado de São Paulo

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 011/2021

#### INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GARÇA (PGM)

A Câmara Municipal aprova a seguinte lei:

#### TÍTULO I

#### DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS E DA ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

##### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Fica instituída a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Garça (PGM), instituição permanente, essencial à justiça, à legalidade e à função jurisdicional, incumbida de representar o Município de Garça judicial e extrajudicialmente, através da tutela do interesse público e dos interesses difusos e coletivos municipais, tendo por finalidade o resguardo da legalidade e da moralidade administrativa.

**Parágrafo único.** São princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade, a indisponibilidade da tutela do interesse público e a autonomia técnico-jurídica.

**Art. 2º** A Procuradoria Geral do Município, vinculada diretamente ao Prefeito Municipal, tem por chefe o Procurador Geral do Município.

**§ 1º** O Procurador Geral do Município, responsável pela orientação jurídica e administrativa da instituição, será designado pelo Prefeito Municipal, entre os Procuradores em atividade confirmados em carreira da Administração Direta ou Indireta.

**§ 2º** O Procurador Geral do Município será substituído, em suas ausências e impedimentos, por Procurador de sua escolha, mediante ato publicado na imprensa oficial do Município.

**Art. 3º** Todo e qualquer órgão ou agente da administração municipal direta ou indireta que exerça atividade de assessoria ou consultoria jurídica junto às secretarias municipais e às entidades da administração indireta estará sujeito à supervisão e à subordinação técnica do Procurador Geral do Município.

**§ 1º** A supervisão consiste na orientação, coordenação e controle das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados tecnicamente à Procuradoria Geral do Município, no intuito de unificar os procedimentos de assessoramento e consulta jurídica da administração municipal direta e indireta.

**§ 2º** O servidor investido no cargo de Procurador da Administração Pública Indireta que não disponha de Procuradoria em sua estrutura administrativa, será lotado junto à Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo da supervisão e subordinação técnica a que se encontra submetido.

##### CAPÍTULO II

##### DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

**Art. 4º** A Procuradoria Geral do Município é órgão integrante da administração municipal e tem por finalidade:



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 23 de 44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

### Estado de São Paulo

- I. exercer a representação judicial e a consultoria jurídica da administração pública direta e indireta, excetuadas as entidades que possuam Procuradoria própria em sua estrutura administrativa;
- II. atuar extrajudicialmente para a solução de conflitos de interesse do Município;
- III. assistir no controle da legalidade dos atos do Poder Executivo, propondo às autoridades competentes a anulação ou revogação de seus atos;
- IV. representar o Município de Garça perante os Tribunais de Contas;
- V. zelar pelo cumprimento, na administração pública direta e indireta, das normas jurídicas, das decisões judiciais e dos pareceres e atos normativos exarados da PGM, no exercício de sua supervisão técnica;
- VI. adotar as providências de ordem jurídica, sempre que o interesse público exigir;
- VII. efetuar a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município;
- VIII. elaborar as informações que devam ser prestadas em mandados de segurança impetrados contra atos do Prefeito, dos Secretários Municipais e de outros agentes públicos municipais;
- IX. elaborar ações constitucionais relativas a leis, decretos e demais atos administrativos, a requerimento da autoridade competente;
- X. efetivar as medidas administrativas e/ou judiciais necessárias à tutela do patrimônio público, da probidade administrativa, do meio ambiente, da ordem urbanística e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, assim como a habilitação do Município como litisconsorte de qualquer das partes nessas ações;
- XI. elaborar ou examinar previamente os editais de licitações, bem como os instrumentos jurídicos de contratos, convênios, acordos e outros ajustes em que for parte ou interessada a administração municipal;
- XII. elaborar ou examinar anteprojetos e projeto de leis de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, incluindo as respectivas justificativas;
- XIII. elaborar ou examinar as razões de veto aos autógrafos submetidos à sanção do Chefe do Poder Executivo;
- XIV. promover a unificação da jurisprudência administrativa e das orientações jurídicas no âmbito do Poder Executivo, bem como a consolidação da legislação municipal;
- XV. receber denúncias acerca de atos de improbidade praticados no âmbito da administração municipal, promovendo as medidas necessárias para a apuração dos fatos;
- XVI. participar em conselhos, tribunais administrativos, comitês, comissões e grupos de trabalho em que a instituição tenha assento, ou em que seja convidada ou designada para representar a administração pública municipal;
- XVII. exercer a supervisão técnico-jurídica em qualquer órgão ou agente da administração direta ou indireta que exerça atividade de assessoria ou consultoria jurídica no Município;
- XVIII. proporcionar o permanente aprimoramento técnico-jurídico aos integrantes da carreira;
- XIX. exercer outras atribuições necessárias, nos termos do seu Regimento Interno, a ser regulamentado por ato do Poder Executivo;
- XX. expedir atos e estabelecer normas para a organização e funcionamento da PGM;

**Parágrafo único.** Existindo conflito de interesses na representação judicial e na consultoria jurídica entre a administração direta e a administração indireta e/ou entidades que não possuam Procuradoria própria, a defesa do Ente se dará por contratação de assessoria jurídica nos termos da Lei, de acordo com o entendimento do Diretor/Dirigente do órgão.

### CAPÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**Art. 5º** Integram a estrutura organizacional e administrativa da Procuradoria Geral do Município as seguintes unidades administrativas básicas:

#### I. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 24 de 44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

### Estado de São Paulo

1. Gabinete do Procurador Geral do Município
- 1.1. Assessoria de Gabinete
2. Procuradoria de Assuntos Consultivos
3. Procuradoria de Assuntos Contenciosos
4. Procuradoria de Assuntos Fiscais
5. Diretoria-Geral da Procuradoria Geral do Município
- 5.1. Departamento de Expediente Administrativo
- 5.1.1. Coordenadoria de Apoio
- 5.2. Departamento Judicial
- 5.1. Coordenadoria de Apoio
- 5.3. Departamento de Dívida Ativa
- 5.3.1. Coordenadoria de Execução Fiscal
6. Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município

§ 1º A nomeação para cargos em comissão e a designação para funções gratificadas na Procuradoria Geral do Município dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante indicação do Procurador Geral do Município.

§ 2º A função de Procurador Geral do Município não impede a titularidade de alguma das Procuradorias Especializadas.

### SEÇÃO I

#### DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

**Art. 6º** A Procuradoria Geral do Município é dirigida pelo Procurador Geral, auxiliar direto do Prefeito, designado por função gratificada pelo Chefe do Executivo, nos termos do artigo 100, §3º, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 7º** São atribuições do Procurador Geral:

- I. dirigir as Procuradorias Especializadas, coordenando e orientando suas atividades;
- II. assessorar o Prefeito Municipal em assuntos de natureza jurídica, aprovando pareceres e estudos, além de propor normas, medidas e diretrizes;
- III. assistir o Prefeito no controle interno da legalidade dos atos da Administração;
- IV. acompanhar o Prefeito na sanção, promulgação e publicação das leis municipais;
- V. sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico, reclamadas pelo interesse público;
- VI. fixar a interpretação da Constituição Federal, da Constituição do Estado, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e pelas entidades da Administração Direta e Autárquica;
- VII. unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis e prevenir/dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos;
- VIII. editar enunciados de súmula administrativa ou instruções normativas, resultantes de jurisprudência dos tribunais;
- IX. promover a lotação e a distribuição dos Procuradores nos respectivos órgãos;
- X. editar e praticar os atos normativos inerentes a suas atribuições;
- XI. propor às autoridades competentes a revogação ou anulação dos atos emanados da administração municipal;
- XII. exercer outras atribuições correlatas, nos termos do Regimento Interno da PGM.

**Parágrafo único.** As atribuições do Procurador Geral do Município poderão ser delegadas aos Procuradores Municipais, na forma regulamentada.



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 25 de 44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

### Estado de São Paulo

#### SEÇÃO II

##### DO GABINETE DO PROCURADOR GERAL

**Art. 8º** O Gabinete do Procurador Geral do Município tem por finalidade prestar assistência ao dirigente da Procuradoria, competindo-lhe especialmente:

- I. preparar e encaminhar o expediente da Procuradoria;
- II. receber e distribuir os expedientes dirigidos ao Procurador Geral e aos Procuradores Municipais;
- III. auxiliar o Procurador Geral em suas tarefas;

**Parágrafo único.** O Gabinete do Procurador Geral será dirigido pelo Assessor de Gabinete, nomeado em cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, após indicação do Procurador Geral do Município.

#### SEÇÃO III

##### DA PROCURADORIA DE ASSUNTOS CONSULTIVOS

**Art. 9º** À Procuradoria de Assuntos Consultivos incumbe às funções de assessoramento e consultoria jurídica, bem como representação extrajudicial da administração pública direta e indireta, excetuadas as entidades que possuam Procuradoria própria em sua estrutura administrativa, competindo-lhe especialmente:

- I. elaborar ou examinar os instrumentos jurídicos de contratos, convênios, acordos e outros ajustes em que for parte ou interessada a administração municipal;
- II. prestar consultoria e emitir pareceres em processos administrativos de sua competência, respondendo às consultas que lhe forem formuladas pelo Prefeito e Secretários Municipais; e
- III. colaborar na elaboração de anteprojetos de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, de decretos e de regulamentos sobre matéria de sua especialidade, além de elaborar as razões de veto aos autógrafos submetidos à sanção do Chefe do Poder Executivo.

#### SEÇÃO IV

##### DA PROCURADORIA DE ASSUNTOS CONTENCIOSOS

**Art. 10.** À Procuradoria de Assuntos Contenciosos incumbe às funções de representação jurídica da administração pública direta e indireta, excetuadas as entidades que possuam Procuradoria própria em sua estrutura administrativa, competindo-lhe especialmente:

- I. defender os interesses do Município e suas entidades em juízo, ativa e passivamente, em qualquer instância ou tribunal, excetuando-se a competência da Procuradoria de Assuntos Fiscais;
- II. propor ações civis públicas para a tutela do patrimônio público, da probidade administrativa, do meio ambiente, da ordem urbanística e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, assim como a habilitação do Município como litisconsorte de qualquer das partes nessas ações;
- III. executar, amigável ou judicialmente, as desapropriações de interesse municipal;
- IV. elaborar ações constitucionais relativas a leis, decretos e demais atos administrativos, bem como redigir as informações a serem prestadas nas ações diretas de inconstitucionalidade propostas em face do Município;

#### SEÇÃO V

##### DA PROCURADORIA DE ASSUNTOS FISCAIS

**Art. 11.** A Procuradoria de Assuntos Fiscais é a unidade da Procuradoria Geral do Município que tem por finalidade defender judicialmente ou extrajudicialmente o tesouro municipal, competindo-lhe:



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 26 de 44



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

#### Estado de São Paulo

- I. promover a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município e suas entidades, excetuadas as que possuam Procuradoria própria em sua estrutura administrativa;
- II. representar a Fazenda Pública em ações relativas à matéria tributária;
- III. assessorar os órgãos e entidades da administração municipal sobre assuntos de matéria fiscal, emitindo pareceres em consultas formuladas;
- IV. sugerir a revisão de entendimento administrativo adotado em matéria fiscal pela Procuradoria Geral do Município, quando a modificação melhor atender ao interesse público ou for mais compatível com a doutrina e a jurisprudência predominantes;
- V. provocar a instauração de processo administrativo em órgãos e entidades municipais, estaduais ou federais, em defesa dos interesses da Fazenda Municipal em matéria fiscal, bem como apresentar recursos administrativos tributários;
- VI. sugerir ao Procurador Geral do Município a adoção de providências tendentes ao aprimoramento da cobrança da dívida ativa; e
- VII. promover estudos de viabilidade das execuções fiscais de baixo valor, propondo as medidas necessárias para a dispensa da cobrança, se for o caso.

**Parágrafo único.** A Procuradoria de Assuntos Fiscais, para atingir seus objetivos institucionais, poderá atuar em colaboração com a Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Finanças.

#### SUBSEÇÃO I

##### DIRETORIA GERAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**Art. 12.** A Diretoria Geral da Procuradoria Geral do Município, de titularidade do Diretor Geral, nomeado em comissão pelo Prefeito do Município, mediante a indicação do Procurador Geral do Município, terá as seguintes competências:

- I. promover o desenvolvimento funcional dos servidores lotados na Procuradoria Geral do Município;
- II. programar, organizar, controlar e coordenar as atividades das Diretorias, Coordenadorias e Setores da Procuradoria Geral do Município;
- III. despachar diretamente com o Procurador Geral do Município;
- IV. coordenar a atuação dos grupos e núcleos setoriais na Procuradoria Geral do Município, centralizando as demandas de serviços a eles destinados e facilitando o atendimento de seus propósitos como unidades de atuação sistêmica;
- V. praticar os atos administrativos relacionados com os sistemas de planejamento, financeiro e orçamentário, de administração geral e de recursos humanos, de integridade e comunicação social em articulação com os respectivos responsáveis dos grupos e núcleos setoriais;
- VI. submeter à consideração do Procurador Geral do Município dos assuntos que excedam à sua competência;
- VII. elaborar a proposta orçamentária da Procuradoria Geral do Município;
- VIII. propor ao Procurador Geral do Município quanto à criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de unidades administrativas de nível divisional e inferior a este, bem como o remanejamento de cargos efetivos, funções de gestão pública e de provimento em comissão, para a execução da programação da Procuradoria Geral do Município;
- IX. indicar ao Procurador Geral do Município os servidores que deverão participar de comissões;
- X. autorizar e efetuar o controle dos horários de trabalho dos servidores e de funcionamento das dependências da Procuradoria Geral;
- XI. determinar a forma de distribuição do pessoal necessário às unidades administrativas;
- XII. manter permanente articulação da Procuradoria com os demais órgãos e entidades da administração municipal.
- XIII. desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Procurador Geral do Município.



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 27 de 44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

### Estado de São Paulo

#### SUBSEÇÃO II

#### DO DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO

**Art. 13.** Compete ao Departamento de Expediente Administrativo e Legislativo:

- I. auxiliar nas consultas formuladas pelos órgãos e entidades da administração municipal, relativamente a quaisquer matérias da área jurídica;
- II. auxiliar, quando solicitado, os órgãos e entidades da administração municipal na elaboração de atos administrativos diversos, tais como ofícios, portarias, contratos e convênios;
- III. chefiar as atividades de controle e arquivo de documentos, bem como a triagem documental de interesse da Procuradoria,
- IV. prestar as informações, quando solicitado, à Diretoria Geral da Procuradoria, e;
- V. auxiliar a Procuradoria de Assuntos Consultivos;
- VI. executa outras atividades determinadas pelos Procuradores Municipais, Diretor Geral, pelo Procurador Geral do Município e pelo Prefeito.

#### SUBSEÇÃO III

#### DO DEPARTAMENTO JUDICIAL

**Art. 14.** Compete ao Departamento Judicial:

- I. informa e instrui processos, encaminhando-os a quem de direito, obedecida a hierarquia, naqueles que dependem da solução de autoridades superiores.
- II. auxilia na elucidação de questionamentos e dúvidas, quando procurado para tratar de assuntos relacionados ao contencioso/judicial
- III. realiza atividades de nível superior relacionadas ao recebimento, análise e processamento de petições, verificação de prazos, classificação, cálculo, atualização e contabilização de valores, preparação de Requisições de Pequeno Valor, entre outras funções correlatas.
- IV. executa outras atividades determinadas pelos Procuradores Municipais, Diretor Geral, pelo Procurador Geral do Município e pelo Prefeito.

#### SUBSEÇÃO IV

#### DO DEPARTAMENTO DE DÍVIDA ATIVA

**Art. 15.** Compete ao Departamento de Dívida Ativa:

- I. auxiliar nas consultas formuladas pelos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativamente à cobrança da dívida ativa;
- II. assessorar e chefiar as Coordenadorias vinculadas no exercício de suas atividades, emitindo orientações para o regular desempenho de suas atividades;
- III. auxiliar a Procuradoria de Assuntos Fiscais;
- IV. executa outras atividades determinadas pelos Procuradores Municipais, Diretor Geral, pelo Procurador Geral do Município e pelo Prefeito.

#### SEÇÃO VI

#### DO CENTRO DE ESTUDOS DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**Art. 16.** Compete ao Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município:

- I. dar apoio técnico-científico às outras unidades da PGM, fomentando a pesquisa e o aperfeiçoamento jurídico da instituição;



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 28 de 44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

### Estado de São Paulo

- II. organizar e promover encontros, seminários, cursos, estágios e treinamentos, bem como a inscrição de Procuradores Municipais e demais servidores em cursos e atividades correlatas;
- III. propor a celebração de parcerias com instituições de ensino superior ou conveniada, visando o aperfeiçoamento dos Procuradores Municipais e demais servidores;
- IV. divulgar matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial de interesse dos órgãos da Procuradoria Geral do Município;
- V. efetivar a catalogação de pareceres e trabalhos forenses, bem como da legislação, doutrina e jurisprudência relacionadas às atividades e os fins da Administração Pública; e
- VI. administrar e atualizar o acervo bibliográfico da Procuradoria Geral do Município.

**Parágrafo único.** Compete ao Procurador-Geral do Município coordenar e superintender os trabalhos desenvolvidos, podendo, para tanto, delegar competências aos demais Procuradores e servidores lotados na PGM.

### TÍTULO II

#### DOS PROCURADORES MUNICIPAIS

**Art. 17.** O cargo de Procurador, de provimento efetivo, integra o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Garça e suas Autarquias.

**Parágrafo único.** Os Procuradores Municipais, bem como aquele previsto no §2º do artigo 3º desta Lei, serão lotados na Procuradoria Geral do Município.

### CAPÍTULO I

#### DO CONCURSO DE INGRESSO

**Art. 18.** O ingresso no cargo de Procurador Municipal dependerá da aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

**Parágrafo único.** São requisitos para o ingresso no cargo:

- I. ser brasileiro;
- II. estar inscrito como Advogado na OAB;
- III. estar quite com o serviço militar;
- IV. estar no gozo dos direitos políticos;
- V. gozar de boa saúde, física e mental;
- VI. possuir ilibada conduta social, profissional e não registrar antecedentes criminais e funcionais incompatíveis com o exercício do cargo;
- VII. apresentar declaração de bens.

**Art. 19.** O edital de abertura para ingresso no cargo de Procurador Municipal indicará, obrigatoriamente, os programas sobre os quais versarão as provas, os critérios para avaliação dos títulos e o prazo para as inscrições, que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

**Art. 20.** Encerrado o concurso de ingresso, a Comissão proclamará o resultado, que será homologado pelo Prefeito Municipal.

**§ 1º** Os Procuradores Municipais serão empossados pelo Prefeito do Município, mediante assinatura de termo de compromisso de desempenhar com retidão os deveres do cargo e de cumprir a Constituição Federal e as leis, recebendo, nesta ocasião, a carteira de identidade funcional.





# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 29 de 44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

### Estado de São Paulo

§ 2º O processo de ingresso, posse e exercício dar-se-á de acordo com os dispositivos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

### CAPÍTULO II

#### DO REGIME JURÍDICO

**Art. 21.** O regime jurídico dos Procuradores é o estatutário, aplicando-lhes as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garça, exceto no tocante às expressamente previstas nesta Lei.

**Art. 22.** O quantitativo e vencimentos dos cargos efetivos e comissionados da Procuradoria Geral do Município serão previstos em lei específica de que trata a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal.

### CAPÍTULO III

#### DAS ATRIBUIÇÕES E DAS PRERROGATIVAS

#### SEÇÃO I

##### DAS ATRIBUIÇÕES

**Art. 23.** Ao Procurador Municipal incumbe o desempenho das atribuições que lhe são próprias, bem como as que lhe forem atribuídas pelo Procurador Geral do Município.

**Art. 24.** Compete aos Procuradores Municipais, nos termos do artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Garça, a representação judicial da administração pública direta e indireta, exceto as entidades que possuam Procuradoria própria em sua estrutura administrativa, bem como a defesa de seus direitos e interesses nas demais esferas e, em especial:

- I. desistir, reconhecer pedidos, transigir, firmar compromisso, dar quitação, adjudicar bens, receber citação nas ações judiciais de interesse da municipalidade, bem como nos processos e procedimentos administrativos, nos termos da legislação vigente;
- II. promover a cobrança da dívida ativa municipal e executar as decisões do Tribunal de Contas em favor da Fazenda Pública;
- III. propor ações constitucionais relativas a leis, decretos e demais atos administrativos, elaborando a correspondente medida;
- IV. atuar no controle da legalidade dos atos administrativos, propondo ação declaratória de nulidade ou anulação de quaisquer atos havidos como ilegais ou inconstitucionais;
- V. propor ações civis públicas para a tutela do patrimônio público, do meio ambiente, da ordem urbanística e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, assim como a habilitação do Município como litisconsorte de qualquer das partes nessas ações;
- VI. exercer o controle das desapropriações;
- VII. receber denúncias acerca de irregularidades funcionais e atos de improbidade praticados no âmbito da administração municipal, promovendo as medidas necessárias para a apuração dos fatos;
- VIII. prestar consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, emitindo pareceres, normativos ou não, para fixar a interpretação administrativa na execução de leis ou de atos do Poder Executivo, além de fazer a exegese das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município e da legislação em vigor;
- IX. exercer o controle dos precatórios judiciais, na forma estabelecida pela Constituição; e
- X. prestar assessoramento ao Prefeito Municipal na elaboração das razões de veto aos autógrafos submetidos à sanção, bem como de anteprojeto e projeto de leis.





# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 30 de 44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

### Estado de São Paulo

**Parágrafo único.** As atribuições de que trata este artigo são inerentes aos Procuradores Municipais investidos no cargo, não necessitando, por sua natureza constitucional, de instrumento de mandato, qualquer que seja a instância, foro ou tribunal.

### SEÇÃO II

#### DAS PRERROGATIVAS

**Art. 25.** O cargo de Procurador é de natureza permanente e essencial ao desenvolvimento das funções de representação judicial, administrativa e consultoria no âmbito da administração municipal, vedada a realização de suas atribuições por terceiros não integrantes da carreira, servidores ou não.

**Art. 26.** Os Procuradores Municipais exercem função essencial à justiça e ao controle da legalidade dos atos da Administração Pública Municipal, gozando das prerrogativas inerentes à advocacia e das seguintes:

- I. estabilidade, após 03 (três) anos de exercício, somente podendo perder o cargo em virtude de sentença judicial, processo administrativo-disciplinar ou procedimento de avaliação de desempenho, em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- II. atuar em todos os processos e procedimentos em que o Município for parte, com exclusividade, inclusive junto ao Tribunal de Contas do Estado, e cobrança e execução de sua dívida ativa;
- III. receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição;
- IV. irredutibilidade de remuneração, observado o disposto na Constituição Federal; e
- V. não ser constrangido, por qualquer modo ou forma, a agir em desconformidade com a sua consciência ético-profissional, de modo que lhe seja garantida imunidade funcional quanto às opiniões de natureza técnico-científica emitidas em qualquer arrazoado produzido em processo administrativo ou judicial.

**Art. 27.** Aos Procuradores Municipais, além das prerrogativas das carreiras de Estado da Advocacia Pública, é assegurado:

- I. ingressar e transitar livremente nos órgãos públicos e entidades municipais;
- II. examinar, em qualquer órgão ou entidade municipal, autos de processos findos ou em andamento, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos;
- III. requisitar das autoridades competentes certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções, as quais, na esfera municipal, serão atendidas com preferência;
- IV. portar carteira de identidade funcional, conforme modelo aprovado por ato do Poder Executivo, assegurado-lhe o trânsito livre, a isenção de revista, a requisição de auxílio e a colaboração das autoridades policiais para o desempenho de suas funções;
- V. receber o auxílio ou a colaboração das autoridades administrativas e de seus agentes, sempre que solicitar;
- VI. requisitar a aquisição de livros, periódicos, obras e suprimentos em geral para o exercício e bom desempenho das funções; e
- VII. utilizar os meios de comunicação ou de locomoção municipal, quando o interesse do serviço o exigir.

**Art. 28.** Nenhum Procurador poderá ser afastado, sem sua anuência, do desempenho de suas atribuições ou procedimentos em que officie ou deva officiar, exceto por impedimento, férias, licenças ou afastamento motivado, observado o disposto nesta Lei.

**Art. 29.** Nos casos de impedimento, férias, licenças ou afastamento motivado do Procurador, os atos a serem praticados nos processos em que funcione serão redistribuídos entre os demais Procuradores.



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 31 de 44



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

#### Estado de São Paulo

**Parágrafo único.** A substituição, nos casos deste artigo, processar-se-á mediante designação do Procurador Geral do Município.

**Art. 30.** As garantias e prerrogativas dos membros são inerentes ao exercício de suas funções e irrenunciáveis, não excluindo outras concedidas por lei.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS

**Art. 31.** São deveres funcionais dos Procuradores Municipais, além de outros previstos no Estatuto dos Servidores Municipais:

- I. zelar pelo prestígio da Justiça, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções, bem como pelo respeito aos demais Procuradores Municipais;
- II. atender, quando necessário, e tratar com urbanidade as autoridades, os munícipes, as partes, as testemunhas, os servidores e os auxiliares;
- III. desempenhar com zelo e presteza as suas funções, de modo a observar o disposto no Código de Ética da OAB;
- IV. declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;
- V. indicar os fundamentos fáticos e jurídicos de seus pronunciamentos;
- VI. resguardar o sigilo sobre o conteúdo de documentos ou informações obtidos em razão do cargo ou função e que, por força de lei, tenham caráter sigiloso;
- VII. adotar, nos limites de suas atribuições, as providências cabíveis contra as irregularidades de que tenha conhecimento em razão do cargo;
- VIII. atender aos expedientes administrativo e forense, participando das audiências e de demais atos, exceto nos casos previstos em lei;
- IX. exercer permanente fiscalização sobre os servidores subordinados; e
- X. atualizar-se constantemente, visando o aprimoramento do exercício das atribuições do cargo.

**Parágrafo único.** Será considerado coautor o superior hierárquico que, recebendo denúncia ou representação de irregularidades no serviço ou de falta cometida, deixar de tomar as providências necessárias para a sua apuração.

**Art. 32.** Fica vedado aos Procuradores, sem prejuízo do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

- I. exercer qualquer outra função pública, salvo a de magistério;
- II. participar de banca ou de comissão de concurso público, quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, bem como cônjuge ou companheiro;
- III. manter, sob sua chefia imediata, em cargo ou função gratificada, cônjuge, companheiro, ou parente até o terceiro grau;
- IV. opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço;
- V. cometer à pessoa estranha a repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VI. valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- VII. atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas do Município; e
- VIII. utilizar pessoal ou recursos materiais públicos para fins particulares.

**Parágrafo único.** A advocacia privada não poderá ser exercida pelos Procuradores nas causas em que, por lei ou em razão do interesse, aconteça a atuação ou envolva interesses do Município e suas entidades.



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 32 de 44



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

#### Estado de São Paulo

**Art. 33.** É defeso ao Procurador Municipal exercer as suas funções em processos ou procedimentos:

- I. em que é parte;
- II. que atuou como advogado de qualquer das partes;
- III. em que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, de uma das partes envolvidas; e
- IV. nos casos previstos na legislação processual civil.

**Art. 34.** O Procurador Municipal declarar-se-á por suspeito quando:

- I. houver motivo de foro íntimo, ético e profissional que o iniba de atuar; e
- II. ocorrer qualquer dos casos previstos na legislação processual civil.

**Art. 35.** Nos casos de suspeição ou impedimento, deverá o Procurador do feito comunicá-lo ao Procurador Geral do Município, o qual deverá decidir em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da comunicação.

**Art. 36.** Aplicam-se ao Procurador Geral do Município, no que couberem, as disposições sobre deveres, proibições, impedimentos e suspeições previstos neste capítulo.

**Parágrafo único.** Em qualquer desses casos, o Procurador-Geral dará ciência do fato a seu substituto legal, para os devidos fins.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 37.** Aos Procuradores Autárquicos incumbe representar a respectiva autarquia judicialmente e extrajudicialmente, nos termos e limites da lei, aplicando-lhes, no que couberem, as mesmas regras deontológicas de prerrogativas, deveres, proibições e impedimentos dos Procuradores Municipais.

**Art. 38.** Para os fins do disposto no parágrafo único do artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Garça, responderá pelo expediente da Prefeitura o Procurador Municipal que a mais tempo estiver investido no cargo.

**Art. 39.** O Poder Executivo poderá expedir normas regulamentadoras para assegurar o cumprimento do disposto nesta lei.

**Art. 40.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 015/2015, com exceção dos artigos 36, 37 e 38.

Garça, 25 de março de 2021.

**JOÃO CARLOS DOS SANTOS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 31 de março de 2021

Ano VIII | Edição nº 1594

Página 33 de 44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

### Estado de São Paulo

Ofício n.º 113/2021

Garça, 25 de março de 2021.

Ref.: Encaminha Projeto de Lei Complementar n.º 011/2021

*Senhor Presidente,*

Encaminhamos para apreciação e deliberação dessa Casa, o incluso Projeto de Lei Complementar n.º 011/2021, através do qual estamos criando a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Garça, instrumento que visa estruturar e organizar as atividades do órgão responsável pela representação judicial e extrajudicial do Município.

Em que pesem as alterações inseridas sucessivamente pelo legislador local na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Garça, é consensual que a atual legislação não atende à missão de constituir o estatuto básico da advocacia pública municipal, principalmente no tocante aos quesitos de organização e funcionamento dos órgãos jurídicos municipais, bem como das prerrogativas, deveres, proibições e impedimentos dos Procuradores Municipais.

Urge, portanto, organizar a Instituição, de modo a conferir estrutura adequada ao órgão que desempenham papel central na tutela judicial e extrajudicial dos interesses da municipalidade.

A rigorosa observância dos princípios constitucionais que regem o Município e a Advocacia Pública foi o paradigma para o desenvolvimento do incluso projeto, amoldando-o aos atuais preceitos da Carta Magna e das normas infraconstitucionais que regem as atividades dos advogados públicos.

Assim, solicitamos especial atenção dos nobres Edis para aprovação do Projeto de Lei Complementar ora apresentado e, aproveitando-nos da oportunidade para renovarmos a Vossa Excelência e aos dignos Vereadores dessa Casa, nossos protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,

**JOÃO CARLOS DOS SANTOS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**RAFAEL JOSÉ FRABETTI**  
Presidente da Câmara Municipal de Garça  
**NESTA**